

Tensões e contradições da participação democrática na América Latina e na Europa

Tensions and contradictions in democratic participation in Latin America and Europe

O debate sobre a função e a intensidade da participação dos cidadãos em regimes democráticos liberais tem uma longa história. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, esse debate tem vindo a ganhar um peso cada vez maior devido à necessidade, sentida por muitos políticos e académicos, de garantir a estabilidade de novos e menos novos regimes democráticos. Nesse contexto, desenvolveu-se uma dialética rica entre os defensores de menor participação – que alegam que o seu carácter individualista travaria o interesse comum, o qual só poderá ser garantido através de representantes legitimamente eleitos (Schumpeter, 1942) – e os apoiantes de maior participação – devido à oportunidade de expandir a democracia para além dos seus procedimentos institucionalizados, proporcionando ocasiões de maior inclusão dos cidadãos nos processos de decisão pública (Barber, 1984).

Entre os “democratas participativos”, foi sendo constituída uma visão substantiva da democracia que se opunha à sua redução a um mero sistema de arranjos institucionais. Entre os anos 1960 e 1970, no rescaldo de uma renovada vontade de participar na “coisa pública”, seja através do voto eleitoral, seja através de mecanismos de democracia direta como petições e referendos, grupos auto-organizados da sociedade civil juntamente com movimentos operários e estudantis reclamaram democracias mais fortes (Pateman, 1970). A participação cidadã praticada através de mecanismos mais e menos convencionais foi alimentando um debate no seio das ciências sociais, que juntou inquietações e intuições de natureza mais empírica ao desenvolvimento do pensamento teórico (Dalton, 2008). Os conceitos e princípios que sustentam hoje a participação cidadã em processos de tomada de decisão encontram, na sua interface empírica, “material vivo” que permite a renovação constante do debate em torno dela.

A difusão de novas formas de diálogo e decisão conjunta entre instituições democráticas e cidadãos consolidou-se ao longo dos anos 1980 e 1990 através de práticas suportadas por grupos progressistas e altermundialistas que fizeram da América Latina um centro gravitacional de ideias e experiências. No Brasil, o restabelecimento de uma democracia plena passou pela experimentação local e supralocal de novas instituições participativas e práticas sociais de participação inovadoras,

que se tornaram emblemáticas e que são ainda hoje uma referência mundial (Santos, 2002). Entre elas, o orçamento participativo merece um destaque particular por ter demonstrado como o apelo a maior justiça social teria possibilidade de operacionalização em práticas de reforma estadual (Avritzer, 2006). Em paralelo, aquilo que se configurava como um renovado *ethos* participativo na América Latina e que se foi disseminando globalmente encontrava respaldo em práticas de democracia deliberativa que iam consolidando a sua presença em vários países ocidentais. A difusão dos chamados “minipúblicos” deliberativos, os quais procuram aumentar a qualidade da comunicação e a troca de opiniões como prática complementar do modelo competitivo promovido através dos mecanismos de representação, gerou um interesse crescente por uma variedade alargada de experiências que, no fundo, interrogavam-se sobre caminhos de (re)aproximação entre eleitos e cidadãos (Dryzek, 2000).

Em conjunto, essas práticas de participação e deliberação colocaram novos pontos de vista sobre o reforço das democracias, com repercussões diversas de cidade para cidade, região para região, país para país. No entanto, a proliferação dessas práticas que visam alargar a abrangência dos processos de tomada de decisões públicas também levantou ceticismo. A descentralização do poder proclamada pelas instituições tem sido, por vezes, mais aparente do que real, dado que o poder se mantém, em muitos casos, nas mãos de elites políticas e económicas que procuram manipular a voz dos cidadãos (Dagnino, 2004). Consequentemente, os próprios democratas participativos têm vindo a alertar para os riscos de cooptação da participação dos cidadãos por estratégias de redução de responsabilidades públicas em favor do setor privado. Assim, aquilo que se foi consolidando como um novo paradigma de governação nas últimas duas décadas continua a levantar questões relacionadas com o grau de inclusividade das práticas de participação e deliberação, em particular no que diz respeito aos grupos mais marginalizados da sociedade (Hickey e Mohan, 2004). Essa questão prende-se necessariamente com a própria legitimidade, real e percebida, dos contributos que os cidadãos providenciam para tomadas de decisão mais justas perante as lacunas abertas pelos mecanismos de representação eleitoral (Warren, 2017).

Hoje em dia, a realização de experiências com graus de intensidade e impactos diferentes não pode ser entendida sem ter em conta a transformação histórica dos regimes democráticos liberais e os enormes desafios com que têm vindo a lidar nos últimos anos. O contexto global parece corresponder a um estado de crise constante e multidimensional que se torna particularmente preocupante quando se considera o recuo significativo dos índices de qualidade da democracia num número crescente de países, incluindo alguns com regimes democráticos mais consolidados. Assim, a multiplicação de frentes de crise e de riscos sistémicos globais propicia um cenário único na história contemporânea, perante o qual as diversas formas de participação e deliberação cidadã precisam demonstrar a sua eficácia. Instâncias populistas e xenófobas, bem como posicionamentos cada vez mais à direita do espectro ideológico, põem em sério risco os direitos conquistados ao longo das últimas décadas sob a égide democrática e intensificam ameaças contra minorias e grupos em situação de maior fragilidade. Nesse contexto, é necessário realçar que o surgimento de lideranças autoritárias e as suas tentativas exasperadas de impor um modelo desregulado de capitalismo choca frontalmente com os princípios mais básicos da democracia.

Por essas razões, a democratização da democracia através de práticas de participação e deliberação dos cidadãos pode e deve tornar-se um tema de debate sério e fundamentado naquilo que é hoje o desempenho das instituições legitimamente eleitas, bem como da sociedade civil auto-organizada, do associativismo e dos movimentos. O terreno fértil da democracia precisa continuar a experimentar novas modalidades de diálogo e contestação, novas articulações entre parceiros formais e informais, para que os direitos fundamentais conquistados e salvaguardados até agora através dos regimes democráticos possam continuar a sua inovação e reinvenção (Elstub e Escobar, 2019).

Perante esse quadro social e político, convidámos investigadores e investigadoras que pretendem suportar uma análise crítica da participação cidadã, das suas potencialidades e das suas contradições, a contribuir para este dossiê temático, procurando entender como, tanto do ponto de vista teórico como prático, instituições e cidadãos têm vindo a repensar os seus papéis através de novas formas de diálogo e decisão conjunta. Diante da abrangência dos questionamentos formulados pelos autores dos artigos deste dossiê, destacamos a rica combinação de abordagens metodológicas utilizadas para refletir sobre tópicos particularmente desafiantes no contexto atual e que abrem novas pistas de investigação nesse âmbito de estudos. Assim, a sequência dos dez artigos selecionados obedece a uma lógica narrativa que se abre para diferentes perspectivas de conformação, desilusão e esperança em relação à participação cidadã.

O primeiro artigo do dossiê apresenta uma visão abrangente do contexto brasileiro, destacando o fenómeno da não participação como um epifenómeno do ceticismo difuso e da polarização afetiva. Ainda numa perspectiva macro do contexto brasileiro, a análise presente no texto seguinte faz a transição da não participação para a participação on-line, através de uma sistematização conceitual das suas diversas formas e gradientes. A dimensão digital constitui um eixo central do contributo do terceiro artigo, que inclui um estudo aprofundado sobre a capacidade inclusiva das TICs e as suas consequências para o exercício da cidadania. Levando em conta o alargamento do espectro de aplicação das ferramentas digitais, o artigo seguinte discute o potencial e os riscos das cidades digitais, dando especial atenção aos fenómenos de exclusão social. A transição para os princípios e as formas de participação digital na esfera institucional é abordada no quinto artigo através de um contributo sobre o voluntariado e a cidadania, trazendo questões essenciais para compreender as motivações que levam os voluntários a participar. Segue-se uma análise sobre a esfera dos conselhos municipais, destacando o seu desempenho e as dificuldades enfrentadas em algumas regiões do Brasil. O orçamento participativo é o foco do sétimo artigo, no qual se propõe uma reflexão fundamentada e comparada sobre o seu contributo para a justiça territorial. Mantendo-se no tema dos orçamentos participativos, o artigo subsequente desloca o olhar para o contexto europeu, com especial enfoque em Espanha, analisando o papel desses processos quando envolvem crianças e jovens. Alargando o foco para o conjunto das “inovações democráticas” desenvolvidas na Europa e na América Latina, o penúltimo artigo do dossiê apresenta uma análise comparativa sobre o papel que o meio rural desempenha nesse tipo de práticas. O dossiê encerra-se com um artigo que, na continuidade da reflexão sobre inovações democráticas, aborda criticamente as questões ligadas à mudança do status quo através da participação e da deliberação cidadã, com especial incidência nos casos de Espanha e Portugal.

Segue uma síntese de cada um dos artigos incluídos no dossiê.

No artigo *Ceticismo e polarização: determinantes políticos da não participação em instituições participativas*, Ligia Helena Hahn Lüchmann, Lucas de Carvalho de Amorim e Julian Borba investigam os fatores políticos que influenciam a não participação em instituições criadas para ampliar o envolvimento democrático no Brasil. Em particular, os autores pretendem compreender as razões por trás da não participação de camadas sociais mais desfavorecidas em instituições participativas que visam justamente incluir diferentes segmentos da população na administração pública, definindo a inclusão dos mais vulneráveis como um dos principais objetivos. Através de uma abordagem quantitativa de dados do estudo *A Cara da Democracia no Brasil*, realizado entre 2018 e 2022, com base em uma amostra representativa da população brasileira, os autores destacam o ceticismo derivado da pouca confiança dos cidadãos nas instituições e da baixa expectativa em relação ao impacto da sua participação, bem como a polarização ideológica, como consequência da distância percebida entre cidadãos e grupos políticos, e, ainda, a polarização afetiva, resultante do aumento da desafeição entre grupos políticos rivais. Assim, para além de explicações de natureza econômica e social, os autores argumentam que a não participação em instituições participativas, com destaque para o orçamento participativo, o conselho de políticas e a conferência de políticas, explica-se através dessas duas condicionantes. No entanto, enquanto o ceticismo está associado à não participação em contextos de elevada desconfiança nas instituições, a polarização ideológica não apresenta uma relação significativa com a não participação. Pelo contrário, o peso da polarização afetiva sugere que indivíduos mais polarizados afetivamente são mais propensos a participarem em instituições participativas.

No artigo *Repensando as categorias de participação eletrônica: análise dos websites das Assembleias Legislativas*, de Licemar Vieira Melo, Monika Dowbor e Roberta Cernelos Resende, são analisados os *websites* das 26 Assembleias Legislativas brasileiras com o objetivo de entender se e como esses canais ampliam a participação política dos cidadãos para além do voto. A partir da hierarquização entre as diversas formas de e-participação presentes na literatura científica e que incluem níveis como consulta, colaboração e envolvimento eletrônico, os autores compilam uma escala que é aplicada aos canais das Assembleias Legislativas. Através da identificação de seis níveis que caracterizam a e-participação, esse artigo contribui para o debate em curso, propondo dois novos níveis que complementam os quatro já identificados na literatura, resultando no seguinte escalonamento: (1) informativo; (2) manifestações dos cidadãos; (3) consultivo; (4) propositivo; (5) colaborativo; e (6) decisório. Ao destacar a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no fortalecimento da democracia digital e da e-participação, os autores argumentam que será possível, através dessa nova categorização, refletir melhor sobre participação eletrônica no Poder Legislativo, bem como sobre e-participação em iniciativas do Poder Executivo.

O artigo *Cidadania digital e democracia: modelo de avaliação de iniciativas públicas de inclusão digital*, de Samir Rodrigues Haddad, foca no papel de programas de inclusão digital para a cidadania. O autor parte do pressuposto de que o acesso e a capacidade para usar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem, potencialmente, permitir o exercício generalizado dos

mesmos direitos civis, sociais e políticos. No entanto, a utopia de uma sociedade digital igualitária choca-se com a permanente luta contra a pobreza real e contribui, em muitos casos, para aumentar a exclusão dos cidadãos, levantando novas questões éticas e morais. Assim, o autor defende a necessidade de o Estado efetivar políticas públicas de inclusão digital que garantam o acesso à informação e ao conhecimento para a ampliação do exercício da cidadania. Através de um estudo de tipo quantitativo realizado a partir do Programa Telecentros.br, em Belo Horizonte, o autor procura construir um modelo conceitual que permita avaliar a inclusão digital com efeitos na participação cidadã. Esse modelo é construído a partir das associações estatisticamente significativas entre cidadania digital ativa e passiva, acesso e uso das TICs e utilização dos Telecentros, salientando a necessidade de o Estado apoiar a superação dos obstáculos à participação nesse meio, especialmente no que se refere a populações vulneráveis.

No artigo *Rumo a futuros democráticos: o espaço público em Cidades AMI*, Ângela Carvalhaes Ferrari e Márcio Vieira de Souza investigam o papel das Cidades com Alfabetização Midiática e Informacional (Cidades AMI) no combate à “infodemia” e à proliferação de informações falsas e desinformação através do desenvolvimento de competências e literacia digitais. Assim, a *Media Architecture* (MA) é considerada pelos autores uma abordagem que pode suportar esses objetivos através da combinação de elementos arquitetônicos e tecnológicos em experiências urbanas de participação cívica e inclusão social, agregando múltiplos canais de interação que se expandem pelo hiperespaço. No entanto, a filtragem algorítmica e a perda de autonomia nessas experiências através do controle exercido pelos meios interativos podem desvelar ou até aumentar as desigualdades sociais que existem no contexto urbano, comprometendo negativamente a maior participação democrática. Por meio da análise de diversos casos que visam construir espaços urbanos mais democráticos através da hibridização da cidade entre espaços físicos e digitais, os autores destacam a oportunidade de os cidadãos estarem efetivamente no centro de projetos inclusivos que garantam condições para exercerem o controle do espaço urbano e digital.

O artigo *“Pequenas ações, grandes resultados”: relações entre voluntariado e cidadania*, de Patrícia Trindade Caldas e Carlos Eduardo Cavalcante, traz uma reflexão sobre o papel do voluntariado na promoção da participação dos indivíduos em questões de caráter coletivo e no fomento da cidadania. O interesse dos autores por esse tema se fundamenta na possibilidade de se ampliar a participação cidadã no local onde as pessoas vivem, um desafio que é considerado relevante pelas lideranças políticas dado o baixo nível de envolvimento em debates públicos. Os autores partem da hipótese de que os voluntários teriam maior propensão quando motivados por razões altruístas e de justiça social. Assim, o estudo tem como objetivo compreender a relação entre voluntariado e práticas de cidadania através de uma abordagem quantitativa aplicada a três amostras populacionais – voluntários, não voluntários e voluntários religiosos (devido à sua representatividade nesse setor no Brasil) – visando contribuir para o crescente corpo de pesquisas sobre voluntariado e Terceiro Setor no País. A hipótese dos autores foi demonstrada, ressaltando-se, ainda, uma escassa associação entre motivações altruístas e práticas ambientais, bem como o papel de motivações egoístas no exercício da cidadania, em particular na esfera política e social,

provavelmente pela procura por vantagens pessoais. Esses resultados abrem necessariamente novas interrogações e sugerem a necessidade de estudos futuros que permitam aprofundar a compreensão das relações analisadas.

O artigo *Desafios da participação cidadã: sobre o perfil institucional dos conselhos municipais brasileiros*, de Pompilio Locks e Adilson Giovanini, focado nos conselhos municipais no Brasil, avalia os fatores que influenciam mudanças e permanências no seu desenho institucional. Os conselhos são instituições vinculadas ao poder executivo com o objetivo de ampliar a participação e a representação da sociedade civil organizada. Através da comparação de dados relativos aos anos de 2009, 2019, 2020 e 2021, os autores pretendem verificar a distribuição geográfica das mudanças observadas, conferindo, ao estudo, um caráter inovador na medida em que consegue identificar persistências e alterações nos padrões de desigualdades territoriais da participação conselheira. A aplicação de uma metodologia quantitativa baseada em estatísticas descritivas e inferenciais, com acesso à “Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE/Munic)” e ao “Indicador de Perfil Institucional dos Conselhos Municipais (IPICM)”, permite notar o aumento considerável de conselhos entre 2009 e 2021, em particular nas áreas da saúde, educação e assistência social. Em outras áreas, tais como direitos humanos e igualdade racial, a expansão dos conselhos municipais foi mais desigual. Também diferenciada é a distribuição no território nacional, com maior institucionalização nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores desafios. O estudo procura, assim, sugerir caminhos para investigações futuras, em particular sobre estratégias para reduzir as desigualdades de acesso à participação, considerando os grupos vulneráveis negativamente afetados nesse âmbito.

No artigo *As relações entre Orçamento Participativo e justiça territorial: uma contribuição teórico-prática*, Rodrigo Sartori Bogo analisa a relação entre Orçamento Participativo (OP) e justiça territorial, analisada no âmbito dos processos multidimensionais – sociais, políticos, institucionais e espaciais – e multiescalares que se desenvolveram nas últimas décadas no Brasil e que afetaram também o desempenho dessa prática inovadora no panorama internacional. O OP, inspirado no modelo de Porto Alegre, passou por transformações significativas que foram promovidas por atores e agentes-chave, incluindo entidades políticas e organizações internacionais que têm colocado objetivos de mais justiça social através da inversão das prioridades na definição da despesa pública. O autor enfatiza, em particular, as implicações que essas transformações têm trazido para o alcance da justiça territorial através da redistribuição de recursos em Araraquara (Brasil) e Vallejo (EUA). O estudo comparativo de tipo qualitativo da relação entre OPs e território, entendido enquanto espaço político, envolve duas cidades com características semelhantes do ponto de vista socioterritorial e que têm vindo a adotar modelos deliberativos de OP ao longo dos últimos anos. Destaca-se a importância do desenho institucional do OP como fator explicativo de diferenças relevantes. Enquanto Araraquara apresenta um OP mais estruturado, regionalizado e com maior impacto territorial, Vallejo enfrenta limitações financeiras e falta de regionalização, o que reduz os seus efeitos em termos de justiça territorial.

No artigo *Advancing the democratic participatory experiences of young people: the participatory budgets*, de María Ángeles Abellán-López e Gonzalo Pardo-Beneyto, é estudada a implementação dos Orçamentos Participativos (OPs) para crianças e adolescentes em municípios da Comunidade Valenciana, na Espanha. O envolvimento de jovens cidadãos na alocação de recursos públicos é considerado um instrumento de educação cívica e socialização democrática. Através de uma abordagem qualitativa, os autores destacam as diferentes estratégias contextuais de inserção institucional dos OPs nos municípios, assim como a sua regulação no âmbito de diversas agendas político-administrativas, amiúde por meio de programas internacionais consolidados e em articulação com os conselhos locais. A melhoria das políticas públicas através de diagnósticos mais robustos dos problemas experienciados por jovens e crianças e a otimização na alocação de recursos públicos figuram entre os objetivos mais difundidos, por vezes complementados por outros relacionados com a geração de espaços de participação, educação e empoderamento. Assim, destaca-se o modo como elementos de socialização educativa e democrática acabam por ficar em segundo plano, por vezes por causa da influência de atores políticos e/ou técnicos que a favorecem pouco quando trabalham com públicos jovens. Esse viés “adultocêntrico” e um tokenismo generalizado limitam ainda a influência efetiva na tomada de decisões e relegam os OPs para uma atuação tecnocrática, que prioriza a eficiência administrativa.

No artigo *O rural nas inovações democráticas: uma proposta comparativa América Latina-Europa*, José Duarte Ribeiro e João Moniz analisam o modo como as inovações democráticas (IDs) ocorrem em áreas rurais da Europa e da América Latina. Os autores pretendem ampliar a compreensão sobre o papel de instituições e processos vocacionados para a promoção de participação cidadã em diferentes contextos geográficos através da comparação de casos registados em bases de dados abertas ao público. Ao incorporarem objetivos de igualdade democrática e pluralismo, as IDs podem contribuir de maneiras diferentes para a resolução de problemas que afetam o meio rural. O estudo dos autores destaca como, no contexto europeu, as IDs estão mais voltadas para o fortalecimento da governança local e da sustentabilidade, enquanto as IDs latino-americanas apresentam maior enfoque emancipatório e de luta por direitos civis, sociais e territoriais. Assim, os casos europeus focam no desenvolvimento rural através, entre outros fatores, da governança local, do desenvolvimento rural e da sustentabilidade ambiental, enquanto o rural na América Latina é abordado como um espaço de luta e emancipação no que concerne, sobretudo, à soberania alimentar, aos direitos sociais e territoriais e à justiça social. A base de dados europeia revela, ainda, a difusão de formatos que enfatizam processos de democracia deliberativa, enquanto na América Latina existe maior inclinação para experiências de governança participativa e colaborativa. Mais, as IDs europeias concentram-se principalmente nas etapas iniciais do ciclo de políticas, enquanto as IDs latino-americanas apresentam uma distribuição mais equilibrada entre as diferentes etapas do ciclo de políticas, com maior ênfase nas etapas finais.

Por último, o artigo *Changing the status quo through democratic innovations? Three paradoxes from the Iberian Peninsula*, de Roberto Falanga e Ernesto Ganuza, centra-se no potencial das inovações democráticas (IDs) para transformar o contexto político, com foco na Península Ibérica. Em Portugal e Espanha, os índices de governança democrática mantêm-se relativamente elevados,

apesar do aumento da abstenção eleitoral nas últimas décadas. A escolha desse foco empírico deve-se à experimentação de dois tipos específicos de IDs particularmente utilizados nesses contextos: os orçamentos participativos (OPs) e as assembleias de cidadãos (ACs). A atuação e disseminação desses dois tipos de IDs mostram semelhanças e diferenças, organizadas em três paradoxos destacados pelos autores através de análise da literatura. Em primeiro lugar, existe um paradoxo relacionado com a desejada transformação da política eleitoral; sendo as IDs, na sua maioria, dependentes fortemente dos ciclos eleitorais e da vontade política dos representantes eleitos. Em segundo lugar, existe o paradoxo relacionado com a transformação das políticas públicas, sendo as IDs frequentemente adotadas como ferramentas neutras, gerando, assim, um certo afastamento do debate político nesses espaços de participação, com implicações no que se refere ao seu impacto. Finalmente, vislumbra-se um terceiro paradoxo associado ao facto de a experimentação basear-se de forma recorrente em técnicas, cada vez mais padronizadas, em detrimento do debate sobre os resultados, apesar de ser fundamental avaliar se e como a colaboração entre cidadãos e instituições produz os efeitos desejados. Perante esses paradoxos, é evidente que as IDs devem ser entendidas como parte integrante da democracia representativa, ainda que reconhecendo as suas limitações e os desafios que colocam.

Este número da revista *Cadernos Metrópole* inclui ainda sete artigos que contribuem para articular e aprofundar algumas das questões discutidas nos artigos selecionados para integrar o dossiê temático.

No artigo *Crisis climática, arte y paisaje. Caso: cuenca del arroyo El Pescado, Argentina*, de Daniela Vanesa Rotger, Cecilia Giusso e Noelia Vallejo, é explorada a relação entre arte e natureza como ferramenta para fortalecer a resiliência ante a crise climática. A resiliência é entendida como um processo dinâmico em que o ambiente e os indivíduos interagem para a adaptação das comunidades em contextos adversos. Nesse estudo, o conceito de paisagem adquire centralidade perante a necessidade de conservar os seus atributos diante do intenso processo de expansão urbana em áreas que apresentam fragilidades de tipo ambiental. As autoras analisam, em particular, o sudeste de La Plata, através de uma abordagem mista que utiliza vídeos, colagens e um curta-metragem com protagonistas humanos e não humanos, destacando como as expressões artísticas podem sensibilizar a sociedade para as interações entre urbanização e meio ambiente. Assim, a arte é tratada como ferramenta para tornar visível o que está escondido e tangível o que é intangível, comunicando a importância da conservação ambiental contra a degradação e a estigmatização de determinados contextos e fortalecendo, ao mesmo tempo, a resiliência comunitária.

O artigo *Entre liberdades e (in)subordinações: experiências de cicloentregadoras urbanas*, de Luiza Fleury de Freitas e Leandro Cardoso, incide sobre a influência das relações de poder nas experiências de cicloentregadoras em Belo Horizonte e em São Paulo. O estudo aborda a precarização à qual essas mulheres estão submetidas no seu trabalho, que se insere numa realidade social que influencia negativamente a sua integridade mental e física, assim como a sua dignidade, mostrando, no entanto, a capacidade de resistência delas. Através de uma abordagem que integra

as problemáticas relacionadas com mobilidade, gênero e trabalho, os autores apresentam uma reflexão sobre os desafios do planejamento urbano através de entrevistas semiestruturadas com uma amostra de cicloentregadoras. O texto destaca os limites económicos e o desgaste físico desse modelo de trabalho, bem como aspetos de coação psicológica, ao mesmo tempo que evidencia o potencial transformador que advém da sensação de empoderamento, liberdade e autonomia, em particular através das relações de amizade criadas entre as cicloentregadoras. Apesar de as dificuldades e os potenciais benefícios da cicloentrega não serem explicados apenas pelo gênero, os autores concluem que são intensificados por esse fator diferenciador.

O artigo *Projetos de transportes e conflito urbano: resistência ao planejamento formal em Fortaleza*, de Rebeca Froés de Assis, Isabela Ribeiro de Castro e Clarissa F. Sampaio Freitas, aborda a resistência popular contra projetos de transporte que impactam as Comunidades dos Trilhos em Fortaleza. O estudo fundamenta-se em literatura que aborda criticamente as dinâmicas neoliberais em contextos urbanos e o papel que o Estado tem na formulação e na regulação de políticas públicas, com destaque para o apelo a práticas de inclusão no planejamento urbano que acabam por reproduzir o poder hegemônico do capital, impedindo uma real transformação social. Através do conceito de planejamento conflitual, que se manifesta em práticas insurgentes, as autoras discutem como a utilização intencional do discurso participativo em processos excludentes de comunidades vulneráveis na produção espacial pode ser contestada através de manifestações, articulação com movimentos sociais, participação em audiências públicas e produção de materiais mediáticos, como no caso em análise. Assim, conclui-se que as lutas populares urbanas conseguiram uma presença expressiva de grupos não hegemônicos e uma aproximação das comunidades a instituições acadêmicas e governamentais, contribuindo para reduzir o número de remoções e para influenciar alterações aos projetos originais.

No artigo *Cidade ativa: considerações sobre a cidade saudável*, Douglas Gallo discute a relação entre mobilidade urbana e saúde com base no intenso e acelerado processo de urbanização e crescimento das cidades brasileiras desde meados do século XX. Nesse contexto, destaca-se a importância de um planejamento urbano integral e intersetorial que promova saúde e qualidade de vida com foco na análise da mobilidade ativa (caminhabilidade e ciclismo urbano). Assim, através de entrevistas com sujeitos residentes em diferentes estados brasileiros (Amapá, Mato Grosso, Paraíba, Paraná e São Paulo), o estudo reflete sobre o desenho das cidades e suas consequências na saúde da população. Além das alternativas ao modelo rodoviarista, o artigo discute o papel de espaços verdes para a humanização das cidades. O autor defende que a reconfiguração do desenho urbano a favor de uma mobilidade mais ativa, necessariamente suportada por políticas públicas, tem o potencial de promover mais saúde urbana.

No artigo *Do empreendedorismo às utopias: apropriação heterotópica do Rio de Janeiro pós megaeventos*, Natasha Bantim analisa como os espaços urbanos do Rio de Janeiro foram apropriados após os megaeventos, como as Olimpíadas de 2016. Esse tipo de evento e os projetos urbanos dele decorrentes são geralmente encarados como uma oportunidade para as cidades que os sediam reforçarem o seu papel no mapa urbano mundial. Através da utilização dos conceitos

de isotopias, heterotopias e utopias de Henri Lefebvre, a autora defende que, no contexto pós-olímpico do Rio de Janeiro, é possível observar diferentes apropriações que resultam das interações, das estratégias, dos êxitos e das derrotas dentro do espaço urbano e que indicam a heterogenia do projeto de cidade. Em particular, a autora destaca como a priorização da atração de capital e a venda de uma imagem globalizada da cidade levaram, como contrapartida, ao surgimento de ações de resistência, como mobilizações populares contra remoções forçadas e a privatização de espaços públicos. A diversidade que emerge dessa análise aponta para um projeto utópico por uma nova cidade que se articula ao ideário do direito à cidade.

No artigo *Entre anéis e radiais: logística e desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo*, de Aldo Garcia Júnior e Sidney Piochi Bernardini, discutem-se criticamente as transformações territoriais causadas pela expansão da logística na periferia da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) entre 1998 e 2020. A logística desempenha um papel relevante na dinâmica global de sistemas e infraestruturas que visam assegurar e intensificar a circulação de capital. A urbanização dessa região tem sido fortemente impactada pelo crescimento de condomínios logísticos; e, diante desse fenômeno, os autores procuram elucidar a expansão do uso logístico em termos de uso do solo, identificando os principais agentes envolvidos nessa produção, tais como corporações globais, setor financeiro e apoio do Estado. Considerando que muitos desses condomínios foram instalados em áreas ambientalmente protegidas e em regiões de elevada vulnerabilidade social, existiu um agravamento das desigualdades entre as populações locais, assim como um reforço de contradições entre elementos mais novos e mais antigos, em que o que é altamente tecnológico faz fronteira com o que é altamente precário.

Finalmente, no artigo *Dicotomias na participação democrática: conformação e desilusão no planejamento urbano brasileiro*, Jeane Aparecida Rombi de Godoy, Sandra Medina Benini e Angelo Palmisano analisam as contradições da participação democrática no planejamento urbano do Brasil, com destaque para discursos de inclusão e práticas excludentes. Para esse efeito, foram analisadas fontes relacionadas com o planejamento urbano e os processos de participação cidadã, abrangendo estudos acadêmicos, documentos oficiais e legislações pertinentes, com foco em casos selecionados, como o Projeto Porto Maravilha e o Programa Minha Casa Minha Vida, em articulação com outras experiências, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre e de Nova York. Os autores argumentam que, embora a legislação brasileira reforce a participação cidadã, muitos processos servem para legitimar decisões já tomadas por elites políticas e econômicas, limitando os objetivos de inclusão das comunidades afetadas. Dado que a exclusão leva à frustração e à alienação política, desmotivando os cidadãos a se envolverem em processos democráticos, os autores avançam ideias para uma transformação da participação democrática assente na articulação entre movimentos sociais, profissionais do planejamento urbano e instituições públicas, visando consolidar a redistribuição de poder a favor de maior justiça social.

Roberto Falanga [I]
João Ferrão [II]
Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0002-1059-5509>

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
roberto.falanga@ics.ulisboa.pt

[II] <https://orcid.org/0000-0001-7729-1908>

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
joao.ferrao@ics.ulisboa.pt

Referências

- AVRITZER, L. (2006). New public spheres in Brazil: local democracy and deliberative politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 3, pp. 623-637. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2006.00692.x>.
- BARBER, B. R. (1984). *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Califórnia, University of California Press.
- DAGNINO, E. (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, pp. 139-164.
- DALTON, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, v. 56, n. 1, pp. 76-98. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00718.x>.
- DRYZEK, J. S. (2000). *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. Oxford, Oxford University Press.
- ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. (ed.) (2019). *Handbook of democratic innovation and governance*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- HICKEY, S.; MOHAN, G. (ed.) (2004). *Participation: from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development*. Londres, Zed Books.
- PATEMAN, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANTOS, B. de S. (ed.) (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SCHUMPETER, J. A. (1942). *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York, Harper & Row.
- WARREN, M. E. (2017). A problem-based approach to democratic theory. *American Political Science Review*, v. 111, n. 1, pp. 39-53. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055416000534>.